

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROCESSO NR 10166/005.406/90-24
ACORDAO NR. 105-7.846

Sessão de 19 de outubro de 1993

RECURSO NR.: 64.644 - PIS/REPIQUE - EX: 1988

RECORRENTE : EXCELSIOR TURISMO E PASSAGENS LTDA.

RECORRIDA : DRF EM BRASÍLIA - DF

CMEL/

PIS/REPIQUE - DECORRENCIA - ILEGITIMIDADE DE REPRESENTAÇÃO - Não há como se conhecer de recurso interposto por parte que não possua legitimidade de representação do sujeito passivo nos autos. Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por EXCELSIOR TURISMO E PASSAGENS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos não conhecer do recurso, por ilegitimidade de representação do sujeito passivo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1993


CELL DEPINE MARIE DELOUQUE

- PRESIDENTE


HISSAO ARITA

- RELATOR

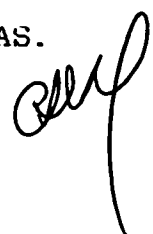
VISTO EM


AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

- PROCURADOR DA FAZENDA
NACIONAL

SESSAO DE: 21 OUT 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MARCIO MACHADO CALDEIRA, GILBERTO CONGRO BASTOS, LUIZ EDMUNDO CARBOSO BARBOSA, JACKSON MEDEIROS DE FARIAS SCHNEIDER e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO. Ausente o Conselheiro JOSE DO NASCIMENTO DIAS.



RECURSO Nº 64.644

ACÓRDÃO Nº 105-7.846

RECORRENTE: EXCELSIOR TURISMO E PASSAGENS LTDA.

R E L A T Ó R I O

EXCELSIOR TURISMO E PASSAGENS LTDA., empresa inscrita no C.G.C. sob o nº 33.117.169/0001-85, com sede em Brasília (DF), recorre a este Conselho de Contribuintes pleiteando a reforma da decisão de primeiro grau.

Trata-se de lançamento decorrente de fiscalização de Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, na qual se apurou redução do lucro líquido do exercício, por omissão de receita e de despesas/custos inexistentes, que, por sua vez, implicou no presente lançamento, relativo à contribuição para o PIS, modalidade REPIQUE, tudo na conformidade do que dispõe a Lei Complementar 07/70 e legislação complementar.

Na impugnação, tempestivamente apresentada, a decisão singular, acompanhando o que já fora decidido naquele Processo, decidiu, também, por não conhecer da impugnação a esta exigência, por entender que faltava legitimidade de representação ao sujeito passivo.

Irresignado com esta decisão, foi interposto recurso a este Conselho, na mesma linha de argumentação do

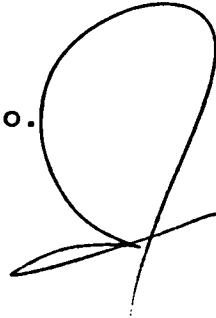


PROCESSO Nº 10.166-005.406/90-24
Acórdão nº 105-7.846

recurso relativo ao Processo matriz, que recebeu neste Conselho o nº 99.722.

Esse Processo foi julgado na sessão de 19 /10/93 e esta Câmara decidiu, através do Acórdão nº 105-7.845, não conhecer do recurso, tendo em vista a ilegitimidade de representação.

Este é o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a horizontal stroke at the bottom.

Acórdão nº 105-7.846

V O T O

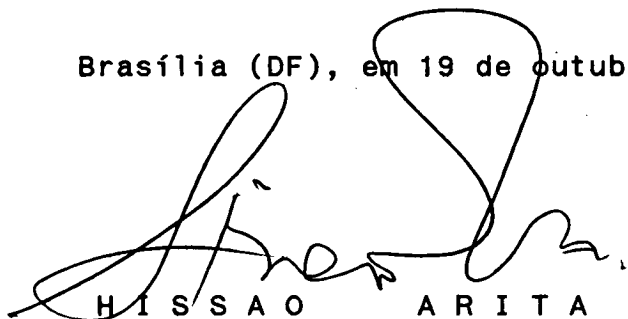
Conselheiro HISSAO ARITA, relator.

Como regra geral, a decisão proferida em relação ao Processo principal alcança os chamados processos reflexos, por força da conexão das matérias fáticas.

Igual sorte deveria alcançar este processo, quanto à matéria de mérito, não fora a preliminar de ilegitimidade de representação, que impediu que este Conselho conhecesse daquele recurso, relativo ao processo principal, impedimento esse que alcança também o presente feito, nesta instância, pelo mesmo motivo.

Assim, face ao exposto, voto no sentido de não se conhecer do presente apelo.

Brasília (DF), em 19 de outubro de 1993



HISSAO ARITA - RELATOR